

Tradução do artigo “From the Margins to the Mainstream” disponível em .pdf no link: <https://www.cafonline.org/docs/default-source/about-us-policy-and-campaigns/from-the-margins-to-the-mainstream--philanthropy-diversity-equity-and-inclusion-in-our-society-june-2020.pdf>

**Título: Das Margens ao Mainstream: Filantropia e movimentos sociais pelo avanço da diversidade, da equidade e da inclusão na sociedade**

Um artigo de discussão do *Giving Thought*, da CAF America

Junho de 2020

**Sumário**

- 1) Panorama
- 2) Pontos fortes da filantropia
  - I) Dar voz a grupos e pontos de vista de minorias
  - II) Tomada de riscos
  - III) Construindo engajamento cívico e agência
- 3) Pontos fracos da filantropia
  - I) Paternalismo, poder e desigualdade
  - II) Representação
  - III) As desvantagens da pluralidade?
- 4) A história do papel da filantropia em impulsionar a diversidade, a equidade e a inclusão
  - I) O movimento anti-escavidão: Longo-prazismo, construindo pontes e uma gama de táticas
  - II) Direitos civis: Os primeiros pioneiros que foram contra a corrente e a tomada de uma visão a longo prazo
  - III) Direitos civis: Instituições, movimentos e o financiamento de mudanças radicais
  - IV) Votos para mulheres: Aprendendo habilidades cívicas e os perigos do hiperpluralismo
  - V) Direitos LGBTQ: Pragmatismo vs idealismo/legitimidade via financiamento mainstream
  - VI) Direitos de pessoas com deficiência: Caridade vs justiça
- 5) Conclusão

## 1) Panorama

A importância da diversidade, da equidade e da inclusão em nossa sociedade é mais aparente do que nunca. Os efeitos corrosivos da desigualdade estrutural têm sido demonstrados fortemente em tempos recentes, enquanto vemos a pandemia da Covid-19 atingir de maneira desproporcional as comunidades minoritárias ao redor do mundo. Enquanto isso, a emergência de novos e poderosos movimentos de protesto como Black Lives Matter e #MeToo, em resposta aos desafios em curso da brutalidade policial difundida e do assédio sexual, levaram a uma consciência maior ao redor do mundo sobre como a violência e a discriminação com base em raça, gênero, sexualidade e outras características permanecem tão problemáticas e difundidas, apesar das vitórias alcançadas com muita luta ao longo de vários anos.

E não é apenas o preconceito evidente que é problemático. Há um reconhecimento crescente de que vieses inconscientes de vários tipos existem por toda a sociedade – afetando tudo, desde práticas de empregabilidade ao design de produtos do cotidiano.<sup>1</sup> A consciência sobre o potencial da tecnologia de exacerbar esses desafios intensificou ainda mais o foco nesses assuntos.<sup>2</sup>

Organizações da sociedade civil (OSCs) estão na linha de frente dos esforços para fazer a sociedade mais diversa, igual e inclusiva. Para muitas delas, a doação filantrópica de indivíduos, fundações e empresas é uma fonte vital de apoio que permite a continuidade do trabalho que, de outra maneira, seria impossível de financiar. Assim, a filantropia exerce um papel importante ao trazer muitos dos exemplos de progresso social que temos visto através da história recente.

Mas não devemos presumir que a relação entre filantropia e questões de desigualdade e diversidade é direta ou livre de problemas. Na maioria dos casos, há dinâmicas de poder dentro da filantropia que podem ser difíceis de superar; e alguns até diriam que pelo fato da filantropia ser um reflexo da riqueza que foi criada dentro dos sistemas existentes, ela nunca poderá ser uma ferramenta verdadeiramente eficaz para lidar com as falhas estruturais fundamentais desses sistemas. As próprias organizações da sociedade civil também não estão imunes à crítica: foram levantadas preocupações de que a liderança e a força de trabalho de instituições beneficentes e outras OSCs não são diversas o suficiente;<sup>3</sup> que o viés racial consciente, inconsciente e sistêmico é abundante;<sup>4</sup> e que os modos pelos quais as organizações são estruturadas ou operam as tornam menos inclusivas do que poderiam ser. Como resultado, OSCs nem sempre são um reflexo das pessoas e comunidades que elas servem e isso enfraquece seu potencial.

A história é um guia valioso, embora nem sempre perfeito, quando a questão é entender tanto as oportunidades quanto os desafios da interação entre a filantropia e os

---

<sup>1</sup> Devlin, H. (2018) "[Unconscious bias: what is it and can it be eliminated?](#)", *Guardian*, 2 de dezembro.

<sup>2</sup> Por exemplo, Rovatsos M., Mittlestadt B. & Koene A. (2019) [Landscape Summary: Bias in Algorithmic Decision-Making](#), Centre for Data Ethics and Innovation.

<sup>3</sup> Por exemplo, no Reino Unido, Inclusive Boards (2018) [Charities: Inclusive Governance 2018](#); Charity Commission for England & Wales (2017) [Taken on Trust: The awareness and effectiveness of charity trustees in England and Wales](#); ou nos EUA, Building Movement Project (2017) [Race to Lead: Confronting the Nonprofit Racial Leadership Gap](#).

<sup>4</sup> Por exemplo, <https://charitysowwhite.org/>.

movimentos sociais que promovem a diversidade, a equidade e a inclusão. Do lado positivo, há muitos exemplos inspiradores de campanhas guiadas pela sociedade civil e alimentadas pela filantropia que resultaram em progresso na sociedade; de fato, pelo menos até certo ponto (como veremos), a filantropia exerceu um papel em quase todos os esforços para trazer grupos marginalizados para a sociedade mainstream e dar a eles um reconhecimento maior e um tratamento mais justo. Porém, também há muitos exemplos que destacam os modos pelos quais a filantropia foi insuficiente ou criou outros problemas.

Para desembaraçar as lições positivas dos casos de advertência, precisamos cavar um pouco mais fundo e identificar temas chave e tendências nos diferentes exemplos que podem nos dizer algo sobre os pontos fortes e fracos da filantropia. Ao fazer isso, podemos ganhar um insight valioso que pode nos ajudar nos esforços para garantir que a versão da filantropia que adotamos é a ferramenta mais eficaz possível para a promoção da diversidade, da equidade e da inclusão em nossa sociedade.

## 2) Pontos fortes da filantropia

### I) Dar voz a grupos e pontos de vista de minorias

O modo mais fundamental pelo qual a filantropia pode promover a diversidade é por meio do seu papel como apoiadora da sociedade civil. Porque uma sociedade civil plural e saudável é um dos meios chave de superar uma enorme deficiência da maioria dos modelos de democracia: a “tirania da maioria”.<sup>5</sup>

Em sistemas de democracia direta e representativa, grupos minoritários costumam ser impedidos de expressar suas escolhas de qualquer jeito significativo por meios comuns simplesmente porque eles não têm uma quantidade mínima exigida. Mesmo isso sendo visto como “democrático”, em um sentido rigoroso, muitas pessoas têm argumentado que esse é um sistema falho porque resulta em um tratamento injusto dos interesses da minoria, e pode chegar a um “domínio da multidão” se não for regulado.

A sociedade civil pode ser vista como um mecanismo importante para contrabalancear esse problema ao oferecer às pessoas meios de se associar e, portanto, unir seu poder a ponto de serem capazes de exercer influência no discurso público, nas políticas públicas e nas decisões de orçamento mesmo permanecendo firmemente parte da minoria da sociedade como um todo.

O historiador R. J. Morris observa que organizações voluntárias ao longo da história exerceram um papel vital nesse sentido, ao dar àqueles dentro de comunidades marginalizadas os meios pelos quais encontrar e afirmar sua identidade compartilhada, ou amplificar suas vozes para garantir que suas preocupações sejam ouvidas:

“Uma contribuição importante que a associação voluntária fez para organizar as complexidades da sociedade industrial e urbana foi a contribuição à história dos grupos de ‘fora do grupo’ que foram excluídos de participar de uma parte significativa na estrutura legítima do poder. As classes médias, mulheres e proletários do movimento dos trabalhadores usaram sociedades voluntárias, em momentos diferentes e de modos diferentes, para formular novas identidades e valores, experimentar com novas formas de ação social e relacionamentos e fornecer apoio uns aos outros. Todos eles fizeram e sustentaram reivindicações pela participação naquele poder legítimo que vem com o reconhecimento e o status dentro de uma ideologia dominante, com um lugar fácil e não contestado e acesso livre ao poder e recursos do Estado.”<sup>6</sup>

O filósofo político de Stanford, Rob Reich, por outro lado, argumenta em seu livro *Just Giving*, que é possível até mesmo defender o caso de que esse papel da sociedade civil em fornecer meios para que os interesses de uma minoria sejam promovidos é tão suficientemente importante que deveria ser reconhecido pelo governo através do sistema de impostos. Além disso, ele argumenta, essa é de fato a melhor justificativa para oferecer isenções fiscais em doações de caridade:

---

<sup>5</sup> Para ler mais, ver Davies, R (2019) “[Does Philanthropy Help or Hinder Democracy?](#)”, blog *CAF Giving Thought*, 18 de outubro.

<sup>6</sup> Morris, “Clubs, Societies and Voluntary Associations”, Capítulo 8 em Thompson, F. M. L. (ed) *The Cambridge Social History of Britain Volume 3*, p. 436. Tradução livre.

“O resultado é que grupos de cidadãos que não conseguem formar um consenso da maioria sobre uma provisão específica de benefício público por meio do processo político democrático comum ainda terão meios com benefícios fiscais de ir atrás de seus objetivos minoritários ou excêntricos. Direitos associativos ordinários garantidos por uma sociedade liberal protegem a liberdade de cada cidadão que se une a outros para seguir visões conflitantes ou dissidentes do bem público e da produção de benefícios públicos; a justificativa para subsidiar essa liberdade por meio de incentivos fiscais é a melhora ou amplificação das vozes de todos os cidadãos, o estímulo à suas contribuições para a sociedade civil e a assistência às minorias em superar as restrições da lei da maioria.”<sup>7</sup>

Então, o valor da filantropia, de acordo com esses argumentos, é que ao apoiar uma sociedade civil plural que oferece às pessoas um espaço para se associarem livremente, a democracia é aprimorada de um jeito que beneficiaria aqueles pertencentes às minorias.

## II) Tomada de riscos

Outro ponto forte em potencial para a filantropia é a capacidade de assumir riscos. Às vezes é dito que a filantropia é capaz de assumir riscos que os financiadores do setor público e os investidores do setor privado não poderiam tolerar, e que isso a faz particularmente boa em fomentar a inovação social. Seja isso verdade, ou se toda a filantropia alcança esse ideal, é um tópico que já foi explorado previamente.<sup>8</sup> Porém, parece claro que no seu melhor, a filantropia pode assumir riscos que são difíceis de ver sendo tomados em qualquer outra fonte.

Em termos de diversidade, equidade e inclusão, o tipo mais pertinente de risco é provavelmente o tipo que vem com o apoio a causas marginais ou impopulares. A filantropia tem, em muitos casos, exercido um papel vital nos estágios iniciais de promover aspectos particulares da diversidade ao estar disposta a fornecer apoio a grupos que defendem questões ou objetivos que têm pouco ou quase nenhum apoio popular e são vistos como altamente controversos ou arriscados. Nesses primeiros estágios, dois objetivos principais costumam ser: construir um sentido de comunidade e identidade compartilhada ao redor de uma questão, e estabelecer ligações entre essa comunidade e outras que possam oferecer solidariedade e apoio. Apoio de financiadores que são capazes de tolerar o nível de risco político e de reputação que isso pode trazer é capaz de fornecer uma salvação absolutamente vital.

Assumir riscos pode ser não apenas desejável para a filantropia, mas essencial. Há muito tempo, desde 1952, o Nathan Report citou o diretor do Carnegie UK Trust na época dizendo: “Acho que o negócio dos fundos é viver perigosamente.”<sup>9</sup> Conforme novas questões são levantadas sobre a legitimidade da filantropia e seu papel em uma democracia, a questão do risco mais uma vez foi posta na linha de frente. Alguns

---

<sup>7</sup> Reich, R. (2018) *Just Giving: why philanthropy is failing democracy and how it can do better*, p. 131. Tradução livre.

<sup>8</sup> Davies, R. (2019) “[Innovation, discovery and the legitimacy of philanthropy](#)”, blog *CAF Giving Thought*, 2 de abril.

<sup>9</sup> Great Britain, Charitable Trusts Committee (Nathan Committee) (1952) *Report of the Committee on the Law and Practice Relating to Charitable Trusts* §59, p.14.

críticos, como Rob Reich, discutiram que a justificativa mais atraente para a grande filantropia (particularmente o tipo que depende de estruturas como fundos fiduciários e fundações) é o papel que ela exerce na “descoberta” social ou inovação que não pode ser tomado pelo estado (ou, pelo menos, é improvável que seja). Claramente, isso exige uma filantropia que está disposta a assumir riscos, então se a “descoberta” é o critério essencial de legitimação para a grande filantropia, o que se segue é que a filantropia deve estar disposta a assumir riscos. Se, porém, a filantropia de elite meramente se agarrar ao que é seguro, ou replicar as coisas que poderiam ser feitas pelos setores público e privado, então é mais difícil enxergar como ela pode ser defendida de seus muitos críticos.

Investigando essa questão um pouco mais a fundo, o que há na filantropia que pode fazê-la capaz de assumir riscos? Há muitos fatores diferentes, mas dois se destacam: ter um horizonte de tempo a longo prazo e ser capaz de ir contra o *status quo*.

Quando a questão é ter uma visão a longo prazo, o ponto é que a filantropia pode (ou, pelo menos, deveria) ser capaz de operar fora dos ciclos políticos de curto prazo e do mercado. Isso oferece uma vantagem no jogo do longo prazo necessário para impulsionar transformações em questões de diversidade, equidade e inclusão. Já que os financiadores filantrópicos são capazes de permanecer com esses tópicos por mais tempo, eles podem aguentar flutuações a curto prazo nos humores político e público e concentrar em coisas como estabelecer uma base de evidências por meio de pesquisa, desenvolver habilidades de defesa de causas ou fortalecer organizações de base, para que as peças necessárias estejam no lugar certo quando a hora certa chegar para insistir em uma mudança legislativa ou de políticas públicas.

A capacidade de ir contra o *status quo* também é vital para a filantropia. Como o reformador social Thomas Hare disse em 1861:

“Eu enxergo as dotações como um elemento importante nos ramos experimentais das ciências política e social. Sem dúvida, a nação como um todo pode assumir para si o custo de tais esforços tentativos, mas isso envolve a taxação; e a concordância da maioria em aumentar os impostos não poderia ser justamente exigida por filantropos ou projetores, e certamente não seria obtida até que suas especulações tivessem tomado conta da opinião pública a ponto de não mais exigir um apoio ou propagação excepcional. Os passos mais importantes no progresso humano podem ser opostos aos preconceitos, não apenas da multidão, mas até mesmo dos eruditos e líderes de pensamento em uma época particular.”<sup>10</sup>

Em parte, isso vem da capacidade de assumir uma visão a longo prazo como descrito acima, mas é ainda mais fundamentalmente sobre a responsabilidade de prestar contas. A filantropia, muitos críticos argumentam, não pode ser responsável – porque não precisa responder aos eleitores ou shareholders – e isso é visto como um problema de verdade. Porém, o outro lado da moeda é que essa falta de responsabilidade direta foi, em muitos casos, um fator importante na capacidade da filantropia e da sociedade civil de desafiar o *status quo* e, portanto, promover a mudança social. É por isso que sugestões recentes da Charity Commission for England and Wales de que instituições

---

<sup>10</sup> Citado em Owen, D. (1964) *English Philanthropy 1660-1960*, pp.326-327.

beneficentes devem ser medidas de acordo com a opinião pública preocuparam muitas pessoas.<sup>11</sup>

É claro que financiadores filantrópicos e as instituições que eles apoiam devem demonstrar benefício público, e sempre devem tentar garantir a confiança pública em suas operações. Eles também devem focar na responsabilidade da prestação de contas: para seus apoiadores e, o mais importante, para as pessoas e comunidades que eles servem. Porém, instituições e financiadores não deveriam ficar em dívida com a corte da opinião pública. Fazê-los responsáveis dessa maneira enfraqueceria sua capacidade de defender causas impopulares ou desafiadoras e, portanto, sufocaria seu papel vital ao impulsionar a transformação social.

Encaixando esses elementos, temos um cenário no qual a doação filantrópica (de grandes doadores, instituições ou do público em geral) exerce um papel vital no apoio a organizações e esforços que impulsionam um ciclo de trazer questões das margens para o mainstream e então transformar a sociedade para garantir que ela é mais diversa e inclusiva. Como destacado na Figura 1 abaixo, isso envolverá uma ampla gama de atividades que podem incluir a construção de apoio de base, fortalecer a defesa de causas, financiar desafios legais, engajamento político ou construir a consciência e o apoio públicos. Por meio desses e de outros meios, as mudanças legislativas, de políticas ou sociais necessárias para fazer nossa sociedade mais diversa e inclusiva podem ser alcançadas.

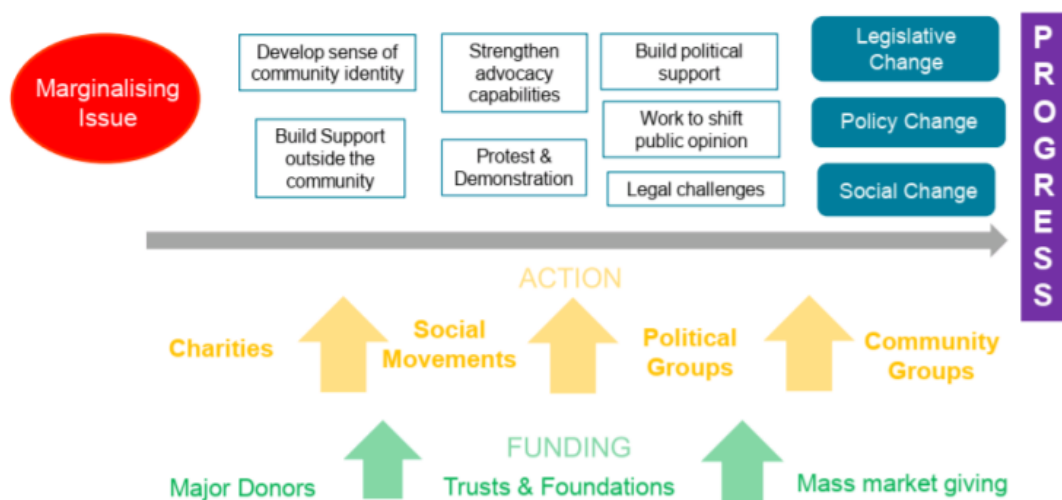


Fig 1. The process of bringing issues from the margins to the mainstream

Fig. 1: O processo de levar as questões da margem para o mainstream

Tradução do texto da imagem:

<sup>11</sup> Por exemplo, Charity Commission for England and Wales (2019) "[Baroness Tina Stowell speech at annual public meeting](#)", 3 de outubro. Para respostas críticas, ver Kennedy, J. (2019) "[The Charity Commission is losing the 'trust and confidence' of charities](#)", blog *Directory of Social Change*, 9 de outubro; Pratten, B. (2019) "[Trust isn't a popularity test](#)", blog *Sheila McKechnie Foundation*, 30 de outubro.

- Marginalising issue: Questão marginal
- Develop a sense of community identity: Desenvolver um sentido de identidade comunitária
- Strengthen advocacy capabilities: Fortalecer capacidades de advocacy
- Build political support: Construir apoio político
- Build support outside the community: Construir apoio fora da comunidade
- Protest & Demonstration: Protesto & demonstração
- Work to shift public opinion: Trabalhar para mudar a opinião pública
- Legal challenges: Desafios legais
- Legislative change: Mudança legislativa
- Policy change: Mudança de política pública
- Social change: Mudança social
- Progress: Progresso
- Action: Ação
- Charities: Caridades
- Social movements: Movimentos sociais
- Political groups: Grupos políticos
- Community groups: Grupos comunitários
- Funding: Financiamento
- Major donors: Grandes doadores
- Trusts & foundations: Fundos & fundações
- Mass market giving: Doações em massa

Isso é um ciclo que podemos ver em numerosos exemplos da rica história do Reino Unido de campanhas beneficentes, que levou a muitos dos marcos importantes de progresso social que tomamos como garantidos hoje em dia, como a abolição da escravidão, o direito das mulheres ao voto, a descriminalização da homossexualidade ou o avanço dos direitos para pessoas com deficiência. Esse é um motivo pelo qual deveríamos estar preocupados com a antipatia crescente em relação a campanhas beneficentes no Reino Unido e em outros locais ao redor do globo, conforme o fenômeno do “espaço se fechando para a sociedade civil” vê os governos erodirem muitos dos direitos chave da liberdade de expressão e associação que faz com que seja possível para as OSCs exercerem esse papel.<sup>12</sup>

Parte do problema é uma ignorância intencional da história. Campanhas realizadas por OSCs ou instituições beneficentes costumam ser caracterizadas como um fenômeno novo e representante de uma incursão injustificada de instituições para a esfera política. Porém, se rejeitarmos a ideia de que “a esfera política” é reduzido apenas da política de partidos e também entendermos o contexto histórico de modo apropriado, então fica claro que as campanhas de instituições beneficentes e organizações da sociedade civil são há muito tempo um importante impulsionador para o progresso social e, de fato, representa uma parte crucial do sistema de pesos e contrapesos que existe em qualquer democracia saudável.

---

<sup>12</sup> Hossain, N., Khurana, N., Mohmand, S., Nazneen, S., Oosterom, M., Roberts, T., Santos, R., Shankland, A. and Schröder, P. (2018). [\*What Does Closing Civic Space Mean for Development? A Literature Review and Proposed Conceptual Framework\*](#). Institute for Development Studies.



### III) Construindo engajamento cívico e agência

Antes de seguir em frente após considerar os pontos fortes da filantropia nesse contexto, é importante observar mais um ponto: que não são apenas os resultados produzidos pela filantropia que podem ajudar a impulsionar a diversidade, a equidade e a inclusão, mas o processo usado para alcançá-los. Por exemplo, há muito tempo é reconhecido que a filantropia e a ação voluntária têm valor intrínseco devido a sua capacidade de dar agência às pessoas e ensiná-las habilidades vitais de engajamento civil. Por isso, como o Nathan Report de 1952 observou, a ação voluntária costuma ser “a educação primária da democracia”.<sup>13</sup>

Além de ensinar novas habilidades civis às pessoas, o envolvimento na filantropia e na ação voluntária também pode criar novas conexões entre elas. Em particular, ao unir pessoas de diversos lugares, pode construir a “ponte de capital social” que é uma parte tão importante na superação da divisão social e na promoção de comunidades diversas e saudáveis. Como a presidente da Charity Commission for England and Wales, a baronesa Stowell, argumentou:<sup>14</sup>

“O comportamento beneficente tem um potencial único de construir pontes e nos ajudar a confrontar a incerteza com propósito e esperança... Atos de caridade unem as pessoas – em lugares e em objetivos, atitudes e conquistas compartilhados.”

Em uma época na qual há uma preocupação generalizada de que nossa sociedade e comunidades estão mais divididas do que nunca, esse parece ser um papel particularmente importante para a filantropia e a ação voluntária.

Consideramos alguns dos pontos fortes em potencial da filantropia quando a questão é o apoio à diversidade, equidade e inclusão, mas se realizarmos esse potencial, então é igualmente importante estar consciente de alguns dos pontos fracos da filantropia nesse contexto e os desafios em potencial que eles podem trazer.

---

<sup>13</sup> Great Britain, Charitable Trusts Committee (Nathan Committee) (1952) *Report of the Committee on the Law and Practice Relating to Charitable Trusts* §53, p.12.

<sup>14</sup> Charity Commission for England & Wales (2018), *Baroness Stowell: The Future of Charity*, Palestra proferida na RSA, 5 de outubro.

### 3) Pontos fracos da filantropia

#### I) Paternalismo, poder e desigualdade

Uma das principais críticas da filantropia é a de que ela é paternalista: muitas vezes baseada em um modelo no qual aqueles com recursos decidem quais são as necessidades e como elas deveriam ser tratadas, sem nunca perguntar às pessoas ou comunidades afetadas ou envolvê-los no processo de tomada de decisões sobre como os recursos devem ser utilizados. Um cartoon de 1901 na revista satírica *Puck* (Fig. 2) zombava de Andrew Carnegie por sua abordagem paternalista, retratando-o em seu escritório no Natal, olhando planos para uma nova biblioteca enquanto o personagem querubim de Puck tenta alertá-lo para a presença de duas pessoas pobres em sua porta, dizendo: “Livros são tão baratos e bibliotecas tão abundantes que até mesmo o homem mais pobre tem toda a literatura que quiser. Agora, por que não fornecer lares respeitáveis para as pessoas que são velhas demais para trabalhar e nunca puderam guardar nada de seus parcos salários; e assim afastá-los da mendigaç o, da fome e do suicídio?”<sup>15</sup>



Fig. 2: “A Christmas Reminder”. Cartoon de Udo Keppler para a revista satírica *Puck*, 1901.

Alguns críticos famosos levaram suas críticas adiante e argumentaram que o paternalismo da filantropia reflete um problema mais profundo: o desequilíbrio de poder inerente entre doador e recipiente. Em seu núcleo, eles argumentam, a filantropia sempre depende da existência dos que “possuem” e dos que “não possuem” porque, de certa maneira, ela é sobre o primeiro escolhendo de modo voluntário dar parte de suas posses em benefício do último. Portanto, a desigualdade e a injustiça são vistas como *pr -condições* para a filantropia, o que então reflete os desequilíbrios de poder na sociedade na qual ela se estabelece. Portanto, enquanto a filantropia pode ser eficiente ao lidar com necessidades imediatas, esses críticos argumentam, ela não lida de verdade

---

<sup>15</sup> “A Christmas Reminder”, Cartoon de Udo Keppler para a *Puck Magazine*, 18 de dezembro de 1901.

com as causas estruturais subjacentes da pobreza e outros problemas sociais. Para aqueles que tecem críticas nessa linha, a filantropia é mais uma parte do problema do que da solução quando a questão é lidar com desigualdades e injustiças sociais.

Isso vale para um problema que existe há ainda mais tempo e está no coração das questões sobre o papel da filantropia: qual é a distinção entre caridade e justiça, e em qual deveríamos mirar? As pessoas têm lidado com essa questão há centenas de anos – no final dos anos 1700, por exemplo, o filósofo Immanuel Kant argumentou em seu *Lições de Ética* que:

“Temos um impulso à benevolência, mas não à justiça. Esse impulso torna um homem misericordioso e caridoso com seu vizinho, para fazer restituição de uma injustiça da qual ele é deveras inconsciente; apesar de ser inconsciente apenas porque ele não examina de modo apropriado a sua posição. Apesar de estarmos dentro dos nossos direitos, de acordo com as leis e as regras de nossa estrutura social, podemos assim mesmo estar participando na injustiça geral e, ao doar a um homem desafortunado, não damos a ele uma gratuidade, mas apenas ajudamos a retornar a ele aquilo que a injustiça geral de nosso sistema o privou de ter.”<sup>16</sup>

Oscar Wilde tocou nessa ideia em livro *A alma do homem sob o socialismo* (1891), argumentando que:

“Dizem-nos com frequência que os pobres são gratos pela caridade. Alguns deles são, sem dúvida, mas os melhores dentre os pobres nunca são gratos. Eles são ingratos, descontentes, desobedientes e rebeldes. Eles estão muito corretos em se sentirem assim. Pensam que a caridade é um modo ridiculamente inadequado de restituição parcial, ou esmola sentimental, normalmente acompanhada de alguma tentativa impertinente por parte dos sentimentalistas de tyrannizar sobre suas vidas privadas. Por que eles deveriam ser gratos pelas migalhas que caem da mesa do homem rico? Eles deveriam estar sentados à mesa e estão começando a tomar consciência disso.”<sup>17</sup>

O problema para esses críticos aparece quando a filantropia ou a caridade se tornam um substituto para a justiça, ao invés de algo que a acompanha em paralelo. Além disso, ao dar àqueles com meios um modo de lidar com os sintomas dos males sociais sem nunca precisar abordar suas causas subjacentes, isso pode obscurecer a necessidade por uma mudança sistêmica mais radical. Friedrich Engels (talvez não surpreendentemente dado sua carreira...) era muito crítico da filantropia nesse ponto em seu estudo sobre *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*:

“Beneficência... Bela filantropia a dessa classe que, para ajudar ao proletariado, começa por explorá-lo até a última gota de sangue para, em seguida, lançar sobre ele sua complacente e farisaica beneficência e, dando aos infelizes menos que a centésima parte do que lhes retirou, apresentar-se ao mundo com a aparência de campeã da caridade! beneficência que degrada mais quem a concede que aquele que a recebe, beneficência que torna mais subalterno aquele a quem é dirigida,

---

<sup>16</sup> Kant (1980) *Lectures on Ethics* (trans. Louis Infield) p. 194. Tradução livre.

<sup>17</sup> Wilde (1909) *The Soul of Man Under Socialism*, p. 9. Tradução livre.

pois lhe impõe – a ele, tornado pária nesta sociedade – a renúncia ao seu único bem, sua aspiração a uma condição humana, exigindo que *comece por mendigar o perdão da burguesia antes de obter a graça que ela lhe oferece: uma esmola e, na frente, o estigma da humilhação!*”<sup>18</sup>

Uma versão ligeiramente mais moderada desse argumento – a de que devemos não perder de vista a distinção entre caridade e justiça e que a primeira não é um substituto para a última – pode ser encontrada nas palavras do dr. Martin Luther King, que nos lembrou de que: “A filantropia é louvável, mas não deve fazer com que o filantrópico ignore as circunstâncias da injustiça econômica que fazem a filantropia necessária.”<sup>19</sup> E veremos em breve que essa tensão sempre esteve no coração de muitos esforços para impulsionar uma diversidade, equidade e inclusão maiores; com aqueles que preferem o pragmatismo muitas vezes dispostos a aceitar a necessidade (pelo menos a curto prazo) de apelar para a caridade e a filantropia por apoio, enquanto aqueles que preferem o idealismo podem argumentar que a aceitação de tal apoio enfraquece suas reivindicações por justiça e, por isso, é melhor evitá-lo.

## II) Representação

Uma questão relacionada ao papel da filantropia em relação à diversidade, equidade e inclusão é que ela costuma não ser representativa daqueles que está buscando servir. Se a filantropia simplesmente reflete as estruturas de poder existentes na sociedade, isso não é uma surpresa: pessoas e comunidades marginalizados, por definição, têm pouco poder, então é provável que eles sejam excluídos da filantropia como são de muitas outras coisas. E isso nos traz de volta ao problema do paternalismo: se a filantropia depende apenas de modelos nos quais aqueles com posses são os responsáveis por identificar as necessidades e decidir a melhor maneira de lidar com elas, e as pessoas que são afetadas por essas decisões são excluídas do processo, então quase por definição o processo se torna paternalista em vez de empoderador.

Com esse desafio em mente, nossa resposta precisa ser assumir uma abordagem mais intencional à filantropia com o objetivo de superar essas barreiras. Isso pode ser feito ao garantir uma diversidade maior entre os tomadores de decisão em instituições filantrópicas: certamente há muitas coisas que sugerem que há muito mais a ser feito em termos de tornar as instituições beneficentes e OSCs mais representativas das pessoas e comunidades que elas servem. Ou pode ser por meio da adoção de modelos de filantropia que buscam ser mais inclusivos e permitir transferências genuínas de poder assim como de ativos financeiros. O crescimento recente de interesse em modelos participativo de concessão de doações e filantropia parece sugerir que muitos concordam que esses problemas precisam ser resolvidos, e estão enfrentando-os.<sup>20</sup>

---

<sup>18</sup> Engels, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (trad. B. A. Schumann), p. 309. Boitempo. 2010.

<sup>19</sup> King, M. L. (2019) *Strength To Love*.

<sup>20</sup> Para saber mais sobre a concessão de doações participativa, ver Gibson, C. & Bokoff, J. (2018) [Deciding Together: Shifting power and resources through participatory grantmaking](#). GrantCraft; Gibson, C. (2017) [Participatory Grantmaking: Has its time come?](#) Ford Foundation; Gibson, C. (2019) [“Moving beyond Feedback: The Promise of Participatory Grantmaking”](#). *Non-profit Quarterly*, 28 de agosto.

Ainda há muito a ser feito para levar essas abordagens ao mainstream (e se movimentar além da retórica de apoio para a realidade prática), mas esses são sinais encorajadores.

### III) As desvantagens da pluralidade?

Uma última desvantagem em potencial da filantropia é o perigo que pode resultar no “hiperpluralismo”: no qual tantos subgrupos emergem dentro de um determinado movimento que se torna difícil manter a coerência. Isso é, de muitas maneiras, o outro lado da moeda da força central da filantropia no apoio a uma sociedade civil diversa: já que a filantropia é fundamentalmente baseada em escolhas individuais sobre como doar, o espectro de pontos de vista apoiados por meio da filantropia em qualquer questão pode ser tão amplo quanto o espectro de pontos de vista da sociedade inteira como um todo, e em alguns casos isso pode causar confusão. Por exemplo, na luta do voto para mulheres (como veremos em breve), enquanto existia um forte apoio filantrópico a favor do sufrágio, também existia um forte apoio do outro lado do argumento. Em outros casos, a proliferação de grupos de sub-identidades dentro de movimentos maiores como resultado do apoio filantrópico pode apresentar problemas – particularmente se esses grupos defendem pontos de vista ou objetivos divergentes ou mutualmente exclusivos, já que isso pode dificultar as chances do movimento como um todo de ser bem-sucedido.

A cientista política Kristin Goss, em seu estudo dos movimentos feministas na segunda metade do século XX, apresenta a seguinte questão chave:

“A filantropia encoraja uma política robusta baseada em grupos ou a esmaga? As fundações contribuíram para a fragmentação da sociedade norte-americana ao encorajar a política de identidades, ou as fundações contribuíram para a unificação dos Estados Unidos ao trazer grupos previamente marginalizados para a vida social, política e econômica?”<sup>21</sup>

O hiperpluralismo pode se tornar um desafio ainda maior no futuro se os esforços para impulsionar a transformação social adotarem cada vez mais modelos descentralizados ou “sem líderes”, porque há pouca ou nenhuma capacidade para ditar o foco ou a direção estratégica. Como Jo Freeman argumentou em seu ensaio seminal de 1972, *A tirania das organizações sem estrutura*:

“Quanto mais sem estrutura é um movimento, menos controle ele tem sobre as direções na qual se desenvolve e sobre as ações políticas na qual se engaja. Isso não significa que suas ideias não vão se espalhar. (...) Mas o fato das ideias serem difundidas não implica que serão implementadas; significa apenas que serão discutidas. Na medida em que podem ser aplicadas individualmente, elas podem ser realizadas, mas na medida em que exigem poder político coordenado para que sejam implementadas, elas não o serão.”<sup>22</sup>

---

<sup>21</sup> Goss, K.A., 2007. “[Foundations of feminism: How philanthropic patrons shaped gender politics](#)”. *Social Science Quarterly*, 88(5), pp.1174-1191. Tradução livre.

<sup>22</sup> Freeman, J. (2013) “[The tyranny of structurelessness](#)” (original 1972). *Women's Studies Quarterly*, 41(3/4), pp.231-246. Tradução livre.

Um desafio a mais pode ser que aqueles que desejam enfraquecer a capacidade da sociedade civil de dizer a verdade frente ao poder são capazes de explorar essa tendência em direção ao hiperpluralismo. O fenômeno de “astroturfing” já viu muitos exemplos de novas organizações e redes online emergindo que parecem expressões de ativismo de base, mas na verdade são controlados pelo Estado ou por interesses corporativos. O objetivo dessas entidades de astroturfing costuma ser criar uma hiperpluralidade artificial, dando a falsa impressão de que os pontos de vista sobre um assunto são divergentes e, com isso, sufocando os esforços de grupos verdadeiros da sociedade civil de defender suas causas ou realizar campanhas.<sup>23</sup>

---

<sup>23</sup> Para saber mais sobre o assunto, ver Davies, R. (2019) “[When Nobody Knows You’re a Dog: Tech, Civil Society, and the Fight for Authenticity](#)” *Digital Impact*, 4 de abril.

#### 4) A história do papel da filantropia em impulsionar a diversidade, a equidade e a inclusão

Agora que temos uma ideia dos pontos fortes e fracos da filantropia quando o assunto é impulsionar a diversidade, a equidade e a inclusão, veremos como isso se dá na prática em alguns notáveis exemplos históricos de campanhas para a transformação social. (O objetivo aqui não é apresentar um relato linear dessas campanhas – todas têm histórias complexas e fascinantes – mas apenas destacar aspectos específicos que ilustram alguns dos pontos chave teóricos que estamos considerando.)

##### I) O movimento anti-escravidão: Longo-prazismo, construindo pontes e uma gama de táticas

O movimento que aboliu a escravidão no Reino Unido costuma ser citado como um exemplo bem-sucedido de campanha que resultou em uma mudança social transformadora. Esforços para tornar a escravidão ilegal começaram a sério no fim do século XVIII (apesar de ser possível identificar raízes muito antes disso), e seguiram até o século XIX: comprar e vender pessoas escravizadas era barrado por lei em 1807, mas levou até 1833 para que a propriedade de escravizados se tornasse ilegal e, mesmo assim, o processo de implementação – incluindo dar compensações aos donos de pessoas escravizadas – seguiu até os anos 1840.<sup>24</sup>



Fig. 3. A Convenção da Sociedade Anti-Escravidão, 1840, por Benjamin Robert Haydon. Óleo sobre tela, 1841.

A filantropia exerceu um papel importante em relação ao movimento abolicionista; um papel que destaca a importância de sua capacidade de assumir um ponto de vista a longo

---

<sup>24</sup> Veja, por exemplo, essa linha do tempo (em inglês) do Tráfico de Escravos e Abolição da *Historic England*: <https://historicengland.org.uk/research/inclusive-heritage/the-slave-trade-and-abolition/time-line/>

prazo, já que isso foi crucial para que o apoio filantrópico persistisse com a causa anti-escravidão e ajudasse a sustentá-la e manter o momentum por mais de cinquenta anos. Outro ponto forte da filantropia destacado nesse exemplo é a capacidade de unir pessoas de diferentes históricos de vida. O apoio à causa anti-escravidão veio de toda a sociedade: apesar do movimento receber apoio de grandes doadores da aristocracia e das novas elites industriais, seu sangue vital era uma riqueza de muitos apoiadores menores, desde trabalhadores comuns até apoiadores da classe média. Além disso, enquanto no nível superior a campanha era centralizada até certo ponto, boa parte das atividades aconteciam a nível local; coordenadas por uma rede distribuída de grupos locais. Nesse nível local, a causa da anti-escravidão tinha a capacidade de unir as pessoas de todas as camadas de classe (apesar de que é preciso ser cuidadoso para não retratar um cenário utópico demais, já que a divisão de classes permaneceu claramente abundante no Reino Unido por muito tempo).



*Fig. 4. Medalhão anti-escravidão, de Josiah Wedgwood.*

Outro atributo da filantropia que o movimento anti-escravidão demonstra é a flexibilidade (e tolerância ao risco) para apoiar uma gama ampla de atividades, desde atividades tradicionais objetivas como debates parlamentares e petições públicas até coisas mais inovadoras como usar a arte, a literatura e a música para avançar a causa. Por exemplo, o celebrado oleiro Josiah Wedgwood recebeu a encomenda de criar um design que poderia ser colocado em objetos de cerâmica (medalhões, jarras e broches etc.) e então o vendeu para arrecadar dinheiro para a causa.

## **II) Direitos civis: Os primeiros pioneiros que foram contra a corrente e a tomada de uma visão a longo prazo**

O movimento dos direitos civis nos EUA durante o século XX é outro exemplo que ilumina aspectos fascinantes dos pontos fortes e fracos da filantropia.

Nos estágios iniciais, durante as primeiras décadas do século XX, um número de importantes indivíduos filantropos assumiu questões relacionadas aos direitos civis. Ao



fazer isso, eles exemplificaram alguns dos benefícios de ser capaz de tolerar riscos e ir contra a corrente. Madame C.J. Walker, por exemplo, foi uma figura particularmente notável: em uma época na qual ser não apenas negra, mas também mulher, a colocava em uma posição de enorme desvantagem, ela se tornou milionária por conta própria por meio de seu vasto e bem-sucedido império de produtos para o cabelo e usou muito de seu dinheiro em projetos de empoderamento econômico para outras mulheres negras e para financiar esforços mais amplos para avançar a causa dos direitos civis (por exemplo, apoiando o trabalho da novata NAACP, a Associação Nacional para o Progresso de Pessoas de Cor).<sup>25</sup>



*Fig. 5. Madame C.J. Walker e amigas, 1911.*

Walker era uma pessoa extremamente incomum na época, vindo da comunidade negra e tendo os meios para ser uma filantropa: até então boa parte da filantropia tinha a forma de doadores brancos escolhendo focar questões de direitos civis ou lidar com injustiças específicas direcionadas a pessoas negras. Um dos nomes principais da filantropia, Andrew Carnegie, era relativamente progressivo nessa frente<sup>26</sup> (apesar de muitos observarem que isso pode se apresentar em forte contraste às suas atitudes sobre relações de trabalho e suas próprias práticas de negócios).<sup>27</sup> Carnegie leu as memórias do líder negro cívico Booker T. Washington e ficou tão impressionado com a história de como ele se tornou um “self-made man” apesar de todas as circunstâncias opostas (que Carnegie, sem dúvida, encarou como reflexo de sua própria história) que subsequentemente ele se tornou um importante apoiador do Instituto Tuskegee (a primeira universidade privada negra nos EUA, cofundada por Washington), incluindo a construção da biblioteca Carnegie no campus.

---

<sup>25</sup> Para mais, ver Museu Smithsonian (2018) “[Madam CJ Walker’s Philanthropy](#)”, 27 de abril.

<sup>26</sup> Berry, J (2008) “[Andrew Carnegie and Race](#)”, *Diverse: Issues In Higher Education*, 17 de junho.

<sup>27</sup> Para saber mais sobre os lados bom e ruim da filantropia de Carnegie, ver Nasaw, D. (2007) *Andrew Carnegie*. Penguin.



Fig. 6. Andrew Carnegie e membros do Instituto Tuskegee, 1906.

Julius Rosenwald<sup>28</sup> é ligeiramente menos conhecido, apesar de ser louvado com frequência entre o *cognoscenti* filantropo. Ele foi o CEO da Sears & Roebuck Company, que se tornou famosa por suas vendas por catálogos. Como um homem de negócios judeu em Chicago, parte da filantropia de Rosenwald era direcionada para causas judias ou civis em Chicago (incluindo a fundação do Museu da Ciência e da Indústria na cidade, que Rosenwald foi inspirado a fazer após uma visita ao *Deutschesmuseum* em Munique enquanto estava de férias com a família na Alemanha em 1911). Porém, seu legado filantrópico brota principalmente do trabalho que ele fez para lidar com algumas das injustiças enfrentadas por norte-americanos negros na época. Esse interesse foi estimulado, mais uma vez, em parte por Booker T. Washington, que foi apresentado a Rosenwald por Paul Sachs (cofundador da Goldman Sachs) e a quem Rosenwald apoiaria fortemente (incluindo fazer parte do Conselho do Instituto Tuskegee durante muitos anos). Rosenwald também sugeriu que sua própria herança judia o fazia particularmente sensível aos problemas de injustiça racial, porque: “Os horrores que acontecem devido ao preconceito racial afetam os judeus com mais força do que os outros da raça branca, por causa dos séculos de perseguição que eles sofreram e ainda sofrem”.<sup>29</sup>

---

<sup>28</sup> Para um ótimo panorama sobre Rosenwald e sua filantropia, veja o documentário de Aviva Kempner *Rosenwald*, 2015. Alternativamente, para uma biografia escrita (apesar de não ser crítica, pois foi escrita pelo neto de Rosenwald), veja Ascoli, P.M. (2006) *Julius Rosenwald: The man who built Sears, Roebuck and advanced the cause of Black education in the American South*. Indiana University Press.

<sup>29</sup> Deutsch, S., 2011. *You need a schoolhouse: Booker T. Washington, Julius Rosenwald, and the building of schools for the segregated south*. Northwestern University Press. p 107.



Fig. 7. Julius Rosenwald, 1915-20.

Havia dois elementos principais na filantropia de direitos civis de Rosenwald. O primeiro foi apoiar um programa gigantesco de construção de escolas no Sul Profundo, para resolver o problema da falta de livros e prédios nas comunidades negras. Rosenwald usou seu próprio dinheiro e recursos da Sears & Roebuck (que tinha um negócio de construção de casas por catálogo) para financiar seu programa, que resultou na construção de mais de 5 mil “Escolas Rosenwald”. Curiosamente, Rosenwald seguiu um modelo no qual as escolas seriam construídas pelas próprias comunidades (eles tiveram até mesmo que fazer match funding para as escolas), já que ele acreditava que isso era vital para garantir que cada comunidade tivesse uma sensação de propriedade.<sup>30</sup>

O segundo elemento importante do trabalho de Rosenwald com direitos civis foi fazer uma série de pequenas “bolsas de estudo” sem restrições por meio de sua fundação de vida limitada (o Fundo Rosenwald) para uma ampla gama de artistas, estudiosos e líderes civis negros entre 1928 e 1948.<sup>31</sup> Muitos dos recipientes dessas bolsas de estudo viraram líderes culturais e ícones negros famosos, como a poeta Maya Angelou, o escritor W. E. B. Du Bois e a cantora Marian Anderson.<sup>32</sup> Ao oferecer apoio em conjunturas cruciais para permitir que esses recipientes das bolsas pudessem bancar estudos e viagens necessários, ou simplesmente cobrir o custo de vida para que pudessem continuar com seu trabalho, o Fundo Rosenwald exerceu um papel catalítico importante no desenvolvimento de uma geração de futuros líderes negros. Demonstrando mais uma vez, talvez, o valor em ser capaz de assumir uma visão a longo prazo quando o assunto é impulsionar a transformação social.

Todos esses primeiros filantropos assumiram riscos de alguma forma e seu apoio aos direitos civis exigia que eles fossem contra o *status quo* (pelo menos no Sul Profundo,

---

<sup>30</sup> Para saber mais sobre as escolas Rosenwald, ver Hoffschwelle, M.S. (2006) *The Rosenwald schools of the American south* (p. 114). Gainesville: University Press of Florida.

<sup>31</sup> Os pontos de vista de Rosenwald sobre a necessidade de limitar a vida de fundações filantrópicas (que são argumentados de modo interessante e firme) podem ser encontrados em seu ensaio “Principles of Public Giving”, reproduzido em uma variedade de lugares incluindo O'Connell, B., 1983. *America's voluntary spirit: A book of readings*. Foundation Center.

<sup>32</sup> Ascoli, P.M., Foulkes, J.L., Rosen, R. and Conwill, K.H. (2009) *A Force for Change: African American Art and the Julius Rosenwald Fund*. Northwestern University Press.

onde a segregação racial era consagrada na lei). Porém, algumas pessoas argumentam que os esforços de doadores brancos como Carnegie e Rosenwald, enquanto foram admiráveis, ainda priorizavam a caridade ao invés da justiça e, portanto, fizeram pouco para lidar com os problemas estruturais fundamentais que causaram a desigualdade racial.<sup>33</sup> Se a filantropia exerceria um papel maior em impulsionar a causa dos direitos civis adiante, esse é um desequilíbrio que precisava ser resolvido e alguns financiadores buscaram fazer exatamente isso.

### III) Direitos civis: Instituições, movimentos e o financiamento de mudanças radicais

Conforme o século XX avançava, a história da filantropia e dos direitos civis se tornou cada vez mais uma interação entre financiadores institucionais e movimentos. Com isso, vieram novas oportunidades para a escala, o impacto e o radicalismo, mas também novos desafios.

Construindo a partir do legado anterior de Andrew Carnegie, a Fundação Carnegie para o Avanço do Ensino foi uma das principais financiadoras de um relatório de pesquisa seminal encomendado do economista sueco ganhador do Nobel, Gunnar Myrdal, intitulado “An American Dilemma” [Um Dilema Americano, em tradução livre]. O documento apresenta em meticulosos detalhes a dura realidade da desigualdade racial nos EUA (particularmente no sistema educacional) e foi imensamente influente ao pavimentar o caminho para o eventual caso *Brown vs Board of Education*, que é um marco crucial na história do movimento de direitos civis. Mais uma vez, isso mostra a importância do papel da filantropia em financiar atividades a longo prazo como pesquisas que podem ajudar a criar o ambiente necessário para que a transformação política e social aconteça.

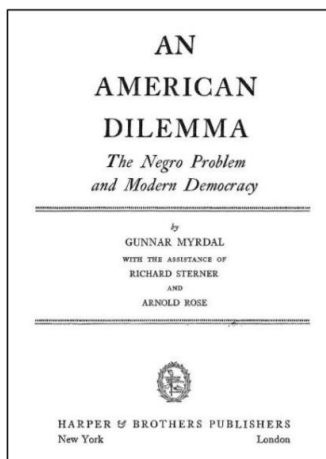


Fig. 8. Capa de “An American Dilemma”, de Gunnar Myrdal.

Outra instituição intrigante foi o Fundo da Família Stern. Fundado por Edith Stern, que era a filha de Julius Rosenwald e herdou muitas de suas ideias sobre filantropia. Ela se casou com Edgar Stern e estabeleceu uma fundação de família, mas apesar do fato de que quase todas as posses colocadas na fundação eram dela, quando chegava a hora de

<sup>33</sup> Morey, M. (2017) “[Julius Rosenwald was Not a Hero](#)”, *HistPhil*, 30 de junho.

tomar decisões sobre a concessão de bolsas, ela era forçada a ceder às normas patriarcais da época e deixar o marido tomar a dianteira. Como um sulista (ainda que liberal), Edgar Stern estava feliz em apoiar a caridade direcionada aos afro-americanos, mas ainda era a favor da segregação, ou pelo menos não queria desafiá-la publicamente, então, num primeiro momento, o Fundo se afastou de apoios aos esforços pelos direitos civis. Felizmente para a história da filantropia pelos direitos civis, ele morreu primeiro; e quando isso aconteceu, Edith Stern pôde assumir o controle do Fundo e guiá-lo para uma direção muito mais radical, financiando atividades como a educação de eleitores e programas de registro.



*Fig. 9. Edith Rosenwald Stern.*

Outro exemplo notável na história de instituições filantrópicas financiando movimentos para avançar a causa dos direitos civis é o Fundo para o Progresso Americano (comumente conhecido como o Fundo Garland). Ele foi estabelecido em 1921 por Charles Garland, usando dinheiro que ele herdou de seu pai, um banqueiro de Wall Street. Primeiro, Garland iria recusar o dinheiro, dizendo que ele não queria aceitar as recompensas de “um sistema que deixa milhares com fome enquanto centenas se empanturram” e que “deixa uma mulher doente à própria sorte e oferece seus serviços a um homem saudável”. No fim, porém, ele foi convencido a aceitar o dinheiro e usá-lo para o bem por meio da filantropia, com uma visão para financiar esforços radicais que poderiam resultar em uma transformação estrutural genuína.



*Fig. 10. Vernon E. Jordan em um projeto de registro de eleitores em Atlanta, GA, 1967.*

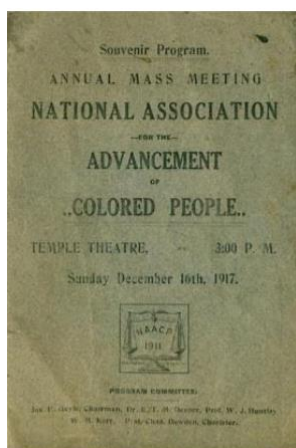


Fig. 11. Programa da reunião regional da NAACP em Nova Orleans, LA, 1917.

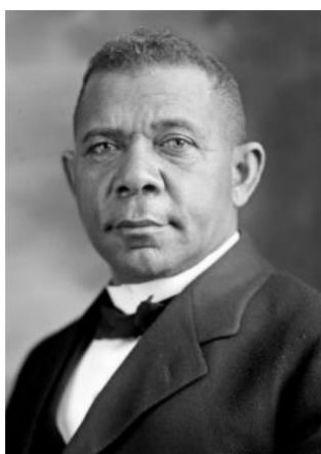


Fig. 12. Booker T. Washington.

O Fundo Garland foi incrivelmente progressivo para sua época de acordo com praticamente qualquer critério (para ser honesto, seus objetivos continuam bastante avançados até hoje!). Porém, uma ressalva importante e fascinante é que, apesar disso, o Fundo pode ter exercido um papel acidental em distorcer as prioridades de alguns de seus donatários, pelo puro tamanho e desequilíbrio de poder entre financiadores institucionais e organizações de movimentos sociais muito menores. A cientista política Megan Ming Francis traçou a relação entre o Fundo Garland e um de seus maiores donatários, a Associação Nacional para o Avanço de Pessoas de Cor (NAACP) usando registros de reuniões do conselho da NAACP. Ela identifica um processo de “captura do movimento” em ação, no qual a NAACP gradualmente mudou seu foco central original em combater linchamentos e violência racial em direção a um novo foco em educação (que estava muito mais de acordo com as próprias prioridades estratégicas do Fundo Garland).<sup>34</sup> Isso ecoa questões anteriores levantadas pelo historiador de movimentos sociais, J. Craig Jenkins: “O patrocínio alimenta os movimentos, fornecendo maiores

---

<sup>34</sup> Francis, M.M., 2019. [The Price of Civil Rights: Black Lives, White Funding, and Movement Capture](#). *Law & Society Review*, 53(1), pp.275-309. Você também pode ouvir Megan discutir seu artigo no podcast CAF Giving Thought: Charities Aid Foundation (2019) “[Philanthropy, civil rights and movement capture](#)”, *Giving Thought Podcast*, episódio 48, 23 de abril de 2019.

recursos e acesso político? Ou ele murcha suas raízes, canalizando esforços para ações conservadores e menos militantes?”.<sup>35</sup>



*Fig. 13. W.E.B. Du Bois, 1919.*

Entender o conceito da captura de movimento é particularmente pertinente nesse momento. Há um foco crescente em uma nova forma de movimentos sociais digitais (o Movimento pelas Vidas Negras, Extinction Rebellion, #MeToo etc) e alguns financiadores institucionais estão buscando meios de apoiá-los. Entender as possíveis consequências não intencionais das dinâmicas de poder entre financiadores e movimentos, e os modos pelos quais o primeiro, mesmo quando bem-intencionado, pode desviar as prioridades e operações do último é, portanto, imensamente importante.<sup>36</sup>

#### **IV) Votos para mulheres: Aprendendo habilidades cívicas e os perigos do hiperpluralismo**

O exemplo da luta pelo sufrágio universal é particularmente interessante, já que a filantropia exerceu uma variedade de papéis nesse caso, o que tanto ajudou quanto atrasou o movimento.

---

<sup>35</sup> Jenkins, J.C., 1989. Social movement philanthropy and American democracy. *Philanthropic giving: Studies in varieties and goals*, 3, pp.292-314.

<sup>36</sup> Essa questão é mencionada no artigo de discussão CAF Giving Thought, Davies (2019) [Networking Opportunities: rediscovering decentralisation in philanthropy?](#).



Fig. 14. Annie Kenny e Christabel Pankhurst, c. 1908.

Primeiro, é importante destacar a importância da filantropia em trazer mulheres para a vida pública, ajudando-as a desenvolver muitas habilidades na realização de campanhas e engajamento civil que forneceram um trabalho de base importante para a eventual luta pelo voto. No século XIX, o papel das mulheres era quase inteiramente confinado à “esfera doméstica” – tomar conta da família e da casa – e a “esfera pública” da política, da fala pública e do debate era vista como um campo reservado aos homens. A caridade, de um tipo bem estreito que focava em problemas de família e questões da moralidade cristã, era quase a única coisa que permitia a mulheres (particularmente das classes médias) se engajarem em atividades significativas além das limitações de suas próprias casas. Portanto, isso agia como uma ponte entre as esferas pública e doméstica. Como o historiador Frank Prochaska explica:

“Pensava-se que as mulheres eram predispostas à religião e à benevolência e recebiam uma educação centrada no lar e na família. Por isso, elas estavam bem posicionadas para aproveitar as possibilidades em qualquer extensão de valores familiares à comunidade além do lar. No lar, elas tinham um status reconhecido e eram capazes de realizar suas caridades domésticas relativamente livres de restrições formais. A partir de sua cidadela doméstica, elas faziam incursões cada vez mais amplas para a sociedade como as defensoras na linha de frente da vida familiar... O que pode ser descrito como uma explosão de sociedades lideradas por mulheres se estabeleceu no século XIX, expressões institucionais de uma cultura feminina vital com recursos financeiros. Essas caridades não apenas trouxeram questões como bem-estar infantil e reforma moral à tona, mas teriam um efeito profundo nas vidas e expectativas das mulheres.”<sup>37</sup>

---

<sup>37</sup> Prochaska, F.K., (1988). *The Voluntary Impulse: Philanthropy in Modern Britain*. Faber. p 23. Tradução livre.





Fig. 15. “A Sufragista que sabia jiu jitsu”, revista *Punch*, 1910.

Primeiro, as causas com as quais esse novo tipo de filantropas mulheres estavam se envolvendo não costumavam ter nada a ver com direitos das mulheres. Porém, como resultado de suas incursões beneficentes, muitas mulheres ficaram inspiradas para assumir a causa por sua própria liberdade. Muitas delas não apenas aprenderam habilidades específicas em atividades como organização, realização de campanhas e falar em público, que elas levariam para as campanhas pelo sufrágio; mas, além disso, a percepção das capacidades das mulheres havia mudado por meio de seu engajamento na filantropia e no ativismo social. Isso se aplicava às próprias mulheres e também à sociedade como um todo. Como Prochaska explica:

“No início do século XIX era virtualmente inédito para uma mulher fazer um discurso público... As coisas haviam mudado drasticamente até o início do século XX; uma mulher não entregava mais o seu manuscrito para que fosse lido em voz alta por um homem; ela não mais corava com a ideia de montar uma plataforma. Quando as sufragistas se acorrentaram nas grades do lado de fora das Casas do Parlamento, o discurso público não parecia uma afronta tão grande à humanidade... Essas mudanças haviam se realizado apenas gradualmente, disparadas por mulheres determinadas a transmitir suas mensagens e dispostas a testar as convenções ao se dirigir a reuniões beneficentes, congressos de ciências sociais e encontros de sindicatos.”<sup>38</sup>

Além de pavimentar o caminho, a filantropia também exerceu um importante papel no apoio ao movimento sufragista assim que ele se estabeleceu. Muitas mulheres, tanto as ricas quanto as de vida modesta, contribuíram com doações para a causa. Porém, devemos ser cautelosos ao olhar para trás com o benefício da retrospectiva e presumir que o sufrágio universal era inevitável ou que a filantropia esteve sempre do “lado certo” do debate; porque nenhuma das duas é verdade. Havia também um forte movimento “anti-sufragista”: ao ponto em que, no ano 1914 a Associação Nacional de Oposição ao Sufrágio Feminino tinha 42 mil membros pagantes e mais milhares de apoiadores não pagantes. Seus membros haviam coletado mais de meio milhão de assinaturas para uma petição contra o voto da mulher e seus líderes estavam exigindo com confiança um referendo nacional sobre o assunto.<sup>39</sup>

<sup>38</sup> Prochaska, F.K., (1980). *Women and philanthropy in nineteenth-century England*. Oxford University Press on Demand. p 2. Tradução livre.

<sup>39</sup> Para mais, ver Bush, J. (2018) “[The Anti-Suffrage Movement](#)”, blog *British Library*, 5 de março; ou Bush, J., 2007. *Women against the vote: female anti-suffragism in Britain*. Oxford University Press.

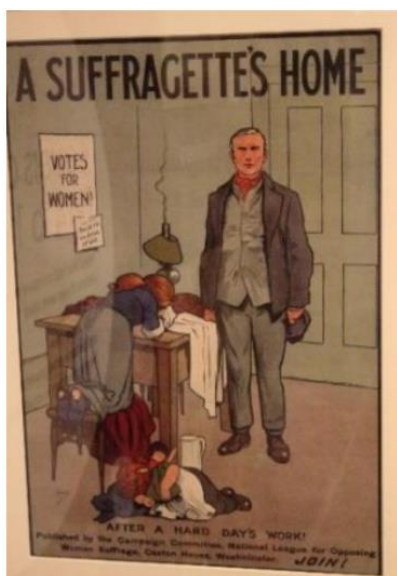


Fig. 16. Cartaz anti-sufrágio, 1910.



Fig. 17. Medalha da Associação Nacional de Oposição ao Sufrágio Feminino.

O movimento anti-sufrágio desfrutou de uma quantidade significativa de apoio filantrópico. Isso não partia apenas de homens descontentes (como se poderia esperar), também havia mulheres dedicadas à Associação Nacional de Oposição ao Sufrágio Feminino. E entre as apoiadoras contra o sufrágio estavam algumas das maiores filantropas mulheres do século XIX, como Octavia Hill e Angela Burdett Coutts. A filantropia era, de fato, parte importante do argumento contra o sufrágio porque (de acordo com Prochaska) “muitas mulheres benevolentes simplesmente não queriam desperdiçar tempo que elas acreditavam que poderia ser melhor utilizado no trabalho filantrópico”.<sup>40</sup> Muitas delas também sentiam que, enquanto mulheres deveriam ter um papel na esfera pública, isso era melhor alcançado por meio de empreendimentos beneficentes do que ao se envolver no mundo turvo da política.

---

<sup>40</sup> Prochaska, F.K., (1980). *Women and philanthropy in nineteenth-century England*. Oxford University Press on Demand. p 229.



*Fig. 18. Angela Burdett-Coutts, Vanity Fair, 1883.*



*Fig. 19. Octavia Hill, retrato por John Singer Sargent, 1898.*

A lição é que, devido ao fato da filantropia ser feita das escolhas de grandes números de indivíduos, seu papel quando o assunto é diversidade, equidade e inclusão pode ser tão complexo e imprevisível quanto esses próprios indivíduos.

#### **V) Direitos LGBTQ: Pragmatismo vs idealismo/legitimidade via financiamento mainstream**

A história da luta por direitos LGBTQ claramente demonstra a tensão clássica dentro de qualquer movimento em busca de transformação, entre aqueles que defendem uma abordagem pragmática e gradual e aqueles que acreditam em uma mais radical e idealista. O foco do movimento no Reino Unido na primeira metade do século XX era garantir a descriminalização da homossexualidade para que gays e lésbicas não fossem

forçados a viver em segredo, com medo constante de serem presos.<sup>41</sup> Após a publicação do Relatório Wolfenden em 1957, que recomendava que o “comportamento homossexual privado entre dois adultos que consentem não deveria mais constituir crime”, a Sociedade pela Reforma da Lei Homossexual (HLRS na sigla em inglês) e sua instituição beneficente, o Fundo Albany, foram criados em 1958 com o objetivo de influenciar o governo a implementar as recomendações do relatório.<sup>42</sup> Eles contavam com várias figuras estabelecidas entre seus líderes, e por isso talvez compreensivelmente pendiam para o lado pragmático do espectro, buscando trabalhar dentro do sistema existente para impulsionar a mudança na lei. Isso foi alcançado em 1967 com a aprovação do Ato de Crimes Sexuais. Porém, muitos membros da comunidade LGBT estavam desapontados que a legislação não foi tão longe quanto esperavam, e eram críticos da HLRS e do Fundo Albany pelo que eles percebiam ser uma falha em insistir por uma mudança mais radical. Alguns até mesmo acusaram as organizações de empurrar o governo a suavizar a legislação e marcaram o fundador Anthony Grey como um “Uncle Tom”.<sup>43</sup>

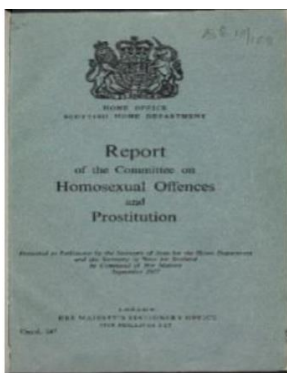


Fig. 20. O Relatório Wolfenden, 1957.

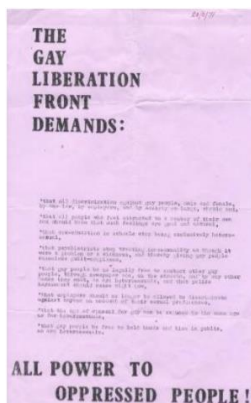


Fig. 21. Lista de reivindicações da Frente de Libertação Gay, 1971.

<sup>41</sup> Para um panorama dessa história, ver Dryden, S. “[A Short History of LGBT Rights in the UK](#)”, *British Library*, ou a [linha do tempo de “Dadas chave para a igualdade lésbica, gay e trans”](#) criada por Stonewall.

<sup>42</sup> <https://www.albanytrust.org/history>.

<sup>43</sup> Tatchell, P. (2010) “[Comment: Peter Tatchell pays tribute to Antony Grey a giant of the gay movement](#)”, *Pink News*, 5 de maio.

Seguindo o levante de Stonewall em Nova York no ano de 1969, o movimento pelos direitos LGBT no Reino Unido assumiu uma abordagem mais militante quando aqueles que exigiam a ação radical vieram à tona. A Frente pela Libertação Gay (GLF na sigla em inglês), foi criada nos EUA em 1969 e uma divisão foi estabelecida no Reino Unido em 1970, centrada na Escola de Economia de Londres.<sup>44</sup> A GLF existiu apenas por quatro anos antes de divisões internas a partirem, mas naquele tempo a organização se envolveu em uma série de ações diretas de alto impacto e protestos e também organizou a primeira marcha do orgulho do Reino Unido (em Londres em 1972). Sua abordagem e boa parte de suas táticas configuraram um modelo para outros grupos LGBT radicais que se seguiram nos anos 1980 e 1990, como o Outrage!, cujo cofundador Peter Tatchell se tornou uma figura proeminente, mas cuja adoção de “saídas forçadas do armário” de homossexuais que eram figuras públicas se provou altamente controversa.<sup>45</sup>



Fig. 22. Marcha do Orgulho Gay, Londres, 1974.

A tensão entre moderados e radicais, como em muitos movimentos, oscilou ao longo do tempo conforme novos direitos se concretizavam para a comunidade LGBT e novos desafios também emergiam. A introdução da “Seção 28” na legislação pelo governo conservador de Margaret Thatcher em 1988 – que proibiu as autoridades locais de “promover a homossexualidade” ou “promover o ensino em qualquer escola da aceitação da homossexualidade como uma relação de família” – galvanizou o movimento pelos direitos LGBT nos anos 1990 em oposição ao que era visto como uma tentativa altamente regressiva de demonizar a homossexualidade mais uma vez.<sup>46</sup> Isso levou à criação de novas organizações, como a instituição beneficente Stonewall, que tem sido uma voz importante na luta em curso pelos direitos LGBT desde então.<sup>47</sup> A Seção 28 foi revogada em 2003, e houveram outras vitórias também: como a igualdade da Idade de Consentimento (introduzida em 2001 na Inglaterra, Wales e Escócia, e em

<sup>44</sup> Brook, P. (2017) “[This is what Britain’s Gay Liberation Front movement looked like in the 1970s](#)” *TimeLine*, 16 de agosto.

<sup>45</sup> Kollman, K. e Waites, M. (2011.) “[United Kingdom: changing political opportunity structures, policy success and continuing challenges for lesbian, gay and bisexual movements](#)”. Tremblay, M., Paternotte, D. e Johnson, C. (eds.) *The Lesbian and Gay Movement and the State: Comparative Insights into a Transformed Relationship*. Ashgate: Farnham, pp. 181-196.

<sup>46</sup> Mês da História LGBT (2018) “[Section 28](#)”.

<sup>47</sup> <https://www.stonewall.org.uk/about-us/stonewalls-history>.

2009 na Irlanda do Norte) e – mais notável – a legislação de parcerias civis do mesmo sexo em 2004 e então casamentos do mesmo sexo em 2013.



*Fig. 23. Placa comemorativa do Outrage! em Highbury, norte de Londres.*

Além de destacar a tensão entre o pragmatismo e o radicalismo que quase todos os movimentos por mudança social têm que lidar, a luta por direitos LGBT também destacou outro ponto interessante sobre o papel da filantropia quando o assunto é promover diversidade, equidade e inclusão: o fato de que o valor do apoio filantrópico pode ser tanto sobre a natureza do financiador quanto sobre o dinheiro. Se o apoio filantrópico parte de uma comunidade minoritária (ou de financiadores de nicho) então é obviamente útil por conta própria, e ao reforçar uma sensação de solidariedade ou identidade compartilhada. Porém, se o mesmo dinheiro vem de uma fonte mainstream, pode trazer com ele implicações maiores de legitimidade ou “aceitação mainstream” que podem ter seus próprios valores.

Em termos de direitos LGBT, podemos ver isso se desenvolvendo. Primeiro, o apoio veio quase que inteiramente de organizações dentro da comunidade LGBT. Já vimos que no Reino Unido o Fundo Albany exerceu um papel chave no financiamento do trabalho Sociedade pela Reforma da Lei Homossexual a partir de 1958. Duas décadas depois, os EUA viram a emergência das duas primeiras fundações dedicadas a gays e lésbicas do mundo: a Fundação Lésbica Astraea por Justiça – originalmente a Fundação Astraea, fundada em 1977; e a Fundação Horizons – originalmente a Fundação Associação Empresarial Golden Gate, fundada em 1980 por um grupo de empresários locais gays, devido à insatisfação com a falha da United Way local em distribuir o suficiente para causas LGBT em uma área com uma comunidade gay de tamanho considerável.<sup>48</sup>

A essa altura, a maior parte do financiamento vinha de dentro da comunidade, por meio desses tipos de financiadores (apesar de que um primeiro exemplo interessante de financiamento de fora foi o magnata da Playboy, Hugh Hefner, que apoiou várias causas LGBT nos anos 1970, apesar de apenas com quantias pequenas). A emergência da crise de AIDS nos anos 1980, porém, levou ao envolvimento de financiadores mainstream bem conhecidos como a Fundação Geffen, Ben & Jerry’s e Levis. Apesar de alguns

<sup>48</sup> Bowen, A. (2012) [Forty Years of LGBTQ Philanthropy: 1970-2010](#), Funders for LGBTQ Issues.

desses financiadores terem se segurado ao financiamento de tratamento para AIDS como uma condição médica, outros ampliaram para apoiar também reivindicações mais amplas de direitos gays; trazendo um novo nível de legitimidade mainstream para as causas.

## VI) Direitos de pessoas com deficiência: Caridade vs justiça

Nosso exemplo final é o do movimento por direitos para pessoas com deficiência, que talvez mais claramente do que qualquer outro destaca a tensão em potencial entre a caridade e a justiça e os perigos do paternalismo filantrópico. Historicamente, a filantropia e a caridade sempre se preocuparam com a deficiência, mas a viam quase que exclusivamente como um problema a ser “curado” ou “tratado” em vez de uma questão social; e viam as pessoas com deficiências como “vítimas” em necessidade de ajuda, em vez de requerentes legítimos de direitos na base da justiça. Porém, isso começou a mudar no meio do século XX.<sup>49</sup> Seguindo as duas Guerras Mundiais, muitos militares haviam retornado para suas casas com lesões que os deixaram deficientes e cada vez mais lamentavelmente decepcionados com o Estado, quando deveriam ter seus direitos e necessidades reconhecidos. Em 1951, por exemplo, um grupo de oitocentos membros do British Limbless Ex-Servicemen’s Association [Associação de Ex-Militares Britânicos Sem Membros] tomou parte em uma “repreensão silenciosa” na residência do primeiro ministro na rua Downing, 10.<sup>50</sup>



*Fig. 24. Marcha da British Limbless Ex-Servicemen’s Association para a rua Downing, 10, 1951.*

---

<sup>49</sup> Historic England, [“Disability Since 1945.”](#)

<sup>50</sup> Historic England, [“Back to the Community - Disability Equality, Rights and Inclusion.”](#)



Fig 25. *Protesto Block Telethon do lado de fora da London Weekend.*

Nos anos 1950, um novo “modelo social” de deficiência começou a emergir, que focava garantir que pessoas com deficiências eram capazes de levar vidas independentes fora de instituições e que elas tinham direitos iguais como cidadãos. Ao longo das décadas seguintes, isso levou a uma nova onda de protestos liderados por ativistas dos direitos de pessoas com deficiência, reivindicando coisas como acesso ao transporte público ou reconhecimento apropriado para condições de saúde mental<sup>51</sup>. Eles também tinham em vista o paternalismo de atitudes beneficentes tradicionais com deficiências: 1992 viu o grupo “Block Telethon” organizar uma onda de protestos contra o apelo “Telethon” da ITV, que até aquele ponto havia arrecadado dinheiro para causas de deficiência de um jeito que muitas pessoas deficientes sentiam que era paternalista e humilhante, e retratava-os como pouco mais do que vítimas desamparadas.<sup>52</sup>



Fig. 26. *Distintivo de direitos das pessoas com deficiência.*



<sup>51</sup> Greater Manchester Coalition of Disabled People (2010) [A Brief History Of Disabled People's Self-Organisation.](#)

<sup>52</sup> National Disability Arts Collection & Archive, [“On the Block Telethon Protest”](#).



*Fig. 27. Camiseta por direitos das pessoas com deficiência.*

Alguns grupos pelos direitos das pessoas com deficiência adotaram o slogan “Nada sobre nós sem nós”. Isso destaca com vigor uma verdade importante quando o assunto são os esforços filantrópicos para apoiar diversidade, equidade e inclusão: que os grupos minoritários não devem ser vistos como objetos de caridade sobre os quais as decisões podem ser tomadas por financiadores filantrópicos benevolentes, mas devem ser apoiados para determinar por si próprios quais são as suas necessidades e prioridades e qual é a melhor maneira de atendê-las.

## 5) Conclusão

Evidentemente, há uma rica história de apoio filantrópico a movimentos sociais que lidam com questões de diversidade, equidade e inclusão. Mais do que isso, a filantropia e a ação voluntária exerceram um papel importante ao dar às pessoas e comunidades marginalizadas uma voz e os meios pelos quais ter uma agência maior sobre os assuntos que os afetam.

Porém, também há desafios e armadilhas em potencial, porque a filantropia pode trazer consequências não intencionais. Precisamos entender, portanto, como a filantropia interage com movimentos sociais e ser claro sobre seus pontos fortes e fracos. É particularmente importante que lidemos com essas questões agora, porque problemas de diversidade e igualdade estão mais urgentes do que nunca, mas ao mesmo tempo a filantropia está enfrentando uma quantidade crescente de críticas e foi submetida a uma variedade de críticas profundas recentemente – muitas das quais refletem os problemas descritos neste artigo.

O ponto é que não podemos simplesmente presumir que a filantropia é vista como algo inerentemente bom. Seja ela ou não, depende do contexto específico no qual a filantropia se estabelece e o modo pelo qual ela é feita. Entender as críticas e como podemos evitar ou responder os problemas nos dará uma chance muito melhor de garantir que qualquer forma de filantropia que exercermos é genuinamente no interesse de comunidades marginalizadas e é vista por elas e pela sociedade como um todo como uma força para o bem.

Se você tiver qualquer comentário ou questões sobre esse artigo de discussão, ou gostaria de mais informações, por favor entre em contato com o autor:

**Rhodri Davies**

Chefe de Política

Charities Aid Foundation

[givingthought@cafonline.org](mailto:givingthought@cafonline.org)

## Crédito das Imagens

**Fig 2.** Não há restrições de direitos. Disponibilizada por US Library of Congress, número de reprodução LC-DIG-ppmsca-25591.

<https://www.loc.gov/pictures/item/2010651493/>

**Fig 3.** Disponível sob uma licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs 3.0 Unported](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/) pela National Portrait Gallery. Referência da imagem NPG 618. <https://www.npg.org.uk/collections/search/portrait/mw00028/The-Anti-Slavery-Society-Convention-1840>

**Fig 4.** A imagem é de domínio público.

**Fig 5.** Não há restrições de direitos, disponibilizada por New York Public Library Digital Collections: <https://digitalcollections.nypl.org/items/510d47dd-c5a1-a3d9-e040-e00a18064a99>

**Fig 6.** Não há restrições de direitos, disponibilizada por US Library of Congress, número de reprodução LC-USZ62-7818 <https://www.loc.gov/pictures/item/98503059/>

**Fig 7.** Não há restrições de direitos, disponibilizada por US Library of Congress, número de reprodução LC-DIG-ggbain-26613

<https://www.loc.gov/pictures/item/2014706782/>

**Fig 8.** Retirada do Internet Archive, <https://archive.org/details/in.ernet.dli.2015.226478>

**Fig. 9.** Imagem do Jewish Women's Archive. "Terms of Use." (Visualizada em 17 de janeiro, 2020) <https://jwa.org/termsfuse> .

**Fig. 10.** Não há restrições de direitos. Disponibilizada por US Library of Congress, número de reprodução LC-DIG-ds-05214

<https://www.loc.gov/pictures/item/2014646460/>

**Fig 11.** Domínio público. [https://en.m.wikipedia.org/wiki/File:1917\\_A.jpg](https://en.m.wikipedia.org/wiki/File:1917_A.jpg)

**Fig 12.** Não há restrições de direitos. Disponibilizada por US Library of Congress, número de reprodução LC-DIG-hec-16114

<https://www.loc.gov/pictures/item/2016857180/>

**Fig 13.** Não há restrições de direitos. Disponibilizada por US Library of Congress, número de reprodução LC-DIG-ppmsca-38818

<https://www.loc.gov/pictures/item/2003681451/> #

**Fig 14.** Domínio público,

[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Annie\\_Kenney\\_and\\_Christabel\\_Pankhurst.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Annie_Kenney_and_Christabel_Pankhurst.jpg)

**Fig 15.** Domínio público, <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Suffragette-that-knew-jiujitsu.jpg>

**Fig 16.** Domínio público,  
[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:A\\_Suffragettes\\_Home\\_c.1910\\_\(National\\_League\\_Opposing\\_Woman\\_Suffrage\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:A_Suffragettes_Home_c.1910_(National_League_Opposing_Woman_Suffrage).jpg)

**Fig 17.** Domínio público, disponibilizada por LSE Library via Flickr  
<https://www.flickr.com/photos/lselibrary/22475254463/>

**Fig 18.** [Creative Commons 3.0 License](#). National Portrait Gallery, NPG D44145  
<https://www.npg.org.uk/collections/search/portrait/mw257888/Angela-Burdett-Coutts-Baroness-Burdett-Coutts-Ladies-No-4?LinkID=mp00641&role=sit&rNo=18>

**Fig 19** [Creative Commons 3.0 License](#). National Portrait Gallery, NG 1746  
<https://www.npg.org.uk/collections/search/portrait/mw03150/Octavia-Hill?LinkID=mp02186&search=sas&sText=octavia+hill&role=sit&rNo=1>

**Fig 20.** Domínio público, disponibilizada por LSE Library via Flickr  
<https://www.flickr.com/photos/lselibrary/31909047460>

**Fig 21.** Domínio público, disponibilizada por LSE Library via Flickr:  
<https://www.flickr.com/photos/lselibrary/35389752813>

**Fig 22.** Domínio público, disponibilizada por LSE Library via Flickr:  
<https://www.flickr.com/photos/lselibrary/7486040932>

**Fig 23.** Creative Commons 2.0  
[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:London\\_June\\_1\\_2016\\_001\\_OutRage!\\_The\\_first\\_gay\\_rights\\_demonstration\\_in\\_Britain\\_took\\_place\\_here,\\_in\\_Highbury\\_Fields,\\_on\\_27th\\_November\\_1970\\_\(26786482544\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:London_June_1_2016_001_OutRage!_The_first_gay_rights_demonstration_in_Britain_took_place_here,_in_Highbury_Fields,_on_27th_November_1970_(26786482544).jpg)

**Fig 24.** Creative Commons 4.0, disponibilizada por BLESMA  
[https://en.wikipedia.org/wiki/Blesma,\\_The\\_Limbless\\_Veterans#/media/File:Blesma\\_pressing\\_an\\_increase\\_to\\_pensions\\_for\\_the\\_war\\_limbless.jpg](https://en.wikipedia.org/wiki/Blesma,_The_Limbless_Veterans#/media/File:Blesma_pressing_an_increase_to_pensions_for_the_war_limbless.jpg)

**Fig. 25, 26, 27** Retiradas da National Disability Arts Collection & Archive, como de acordo com a estratégia de liberação de direitos declarados <https://thendaca.org/about/rights-release-strategy/>.